

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XII, nº 48 – JUNHO / 2015

APOIO



INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310

DA RIQUEZA À CRISE:

O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA DAS RENDAS PETROLÍFERAS



É POSSÍVEL
COMPREENDER
MELHOR A CRISE
DO PETRÓLEO?
ENTENDA TODOS
OS ELEMENTOS
DESTA FASE
ECONÔMICA TÃO
ABORDADA PELA
MÍDIA.

UMA MEDIDA
ARRISCADA
PODE SER A
SOLUÇÃO
TEMPORÁRIA
PARA OS
MUNICÍPIOS QUE
SOBREVIVEM
DOS ROYALTIES.

POLÍTICA DE
"CONTEÚDO
LOCAL". ANTES
TÁBUA DE
SALVAÇÃO, HOJE
POLÊMICA.

QUAIS SÃO
OS FATORES
NECESSÁRIOS
PARA
IMPULSIONAR O
CRESCIMENTO DO
SETOR DE ÓLEO DE
GÁS?

Que crise é essa?

A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro

Which crisis is that? The decrease in the collection of oil revenues in the municipalities of the producing region of Rio de Janeiro state

Resumo

Desde o final de 2014, o valor dos repasses mensais das rendas petrolíferas aos municípios melhor contemplados, na região produtora do Estado do Rio de Janeiro, vem sofrendo drástica queda, decorrente da baixa no preço do barril do petróleo no mercado internacional. Os gestores municipais anunciam uma profunda crise, reforçada pelas matérias nos jornais locais. Como saída, recorrem ao Governo Federal e aos bancos pedindo ajuda, seja a fundo perdido, seja sob a forma de empréstimo e/ou adiantamento das rendas futuras. As práticas administrativas, durante 15 anos de fartas rendas, criaram estruturas altamente dependentes de níveis elevados de renda, sem contrapartida positiva para as demandas de infraestrutura e desenvolvimento. Considerando-se que os preços do petróleo são instáveis e que as rendas vão cair ainda mais com a Lei 12.734/12, que redistribui por todos os municípios brasileiros as rendas hoje concentradas, o artigo questiona a forma como a crise está sendo configurada pelas autoridades locais, e as saídas por elas buscadas e aponta outros elementos para a sua compreensão, incorporando as dimensões da problemática do desenvolvimento brasileiro à escala regional.

Palavras-chave: Rendias petrolíferas. Rio de Janeiro. Preços do petróleo. Desenvolvimento.

Abstract

Since the end of 2014, the value of the monthly transferences of the oil revenues to the better paid municipalities, in the producing region of Rio de Janeiro state, has been decreasing dramatically because of the low prices of the barrel of oil in the international market. The municipal managers announce a deep crisis, information reinforced by news disseminated via local newspapers. As a way out, they refer the matter to the Federal Government and to the banks, asking for help whether in the form of grants or a loan and/or advance of future revenues. The administrative practices, during 15 years of abundant revenues, created very dependent structures of high levels of revenue, with no positive exchange for the demands of infrastructure and development. Taking into account that the prices of the oil are unstable and that the revenues will decrease much more because of the Law no. 12.734/12, which redistributes the revenues to all Brazilian municipalities, the article questions the way the crisis has been configured by the local authorities and the solutions sought by them, and points out other elements for its comprehension, incorporating the dimensions of the problems of the Brazilian development on a regional scale.

Key-words: Oil revenues. Rio de Janeiro. Oil prices. Development.

José Luis Vianna da Cruz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional; Professor do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades; Cientista Social UCAM/Campos/RJ

O número anterior deste Boletim-BPR&R (março/2015) teve como tema central a queda acentuada na arrecadação dos royalties referentes à produção de petróleo na Bacia de Campos/RJ, em decorrência da baixa nos preços internacionais do barril de petróleo, a partir da segunda metade de 2014, sem que tenha havido recuperação até maio/2015. Observando-se os números, os dez principais municípios recebedores das rendas petrolíferas do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas – as duas mesorregiões que concentram essas rendas – sofre-

ram, em média, 44% de redução nos valores recebidos entre janeiro e maio de 2015, comparado ao mesmo período de 2014. O percentual variou entre -57%, para o município de Casimiro de Abreu, e -26,9% para o de Macaé (InfoRoyalties, 2015; Moraes, 2015). O menos penalizado, percentualmente, é o maior beneficiário dos investimentos diretos em instalações físicas, enquanto sede da maioria das empresas do Complexo de E&P-Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, concentrando, conseqüentemente, os empregos.

Como se vê, existem bases, à primeira vista, para o discurso generalizado dos gestores locais de que esses municípios atravessam uma crise sem precedentes, estando à beira do caos, em função da redução ocorrida nos orçamentos e na capacidade de

gestão das prefeituras, afetando o cumprimento de contratos, os investimentos já comprometidos com obras e com folhas de pagamento, prejudicando radicalmente a oferta de serviços coletivos (PMCG, 31/03/15).

Os municípios têm solicitado recursos ao Governo Federal e aos bancos, para compensar a queda na arrecadação, sob a forma de adiantamento e/ou empréstimo, dando como garantias as receitas futuras com as rendas.

No discurso oficial, os elementos acionados para caracterizar a crise são: queda das rendas petrolíferas, quebra nos orçamentos, incapacidade de pagar dívidas contraídas, interrupção nas obras, cortes no custeio e nos investimentos, e demissões em massa dos terceirizados. Do ponto de vista da

atividade econômica, passou a circular menos dinheiro nos municípios, com conseqüências para o emprego na construção civil e em empresas fornecedoras de bens e serviços à administração municipal, dentre outras penalizações.

Ao mesmo tempo, como a produção petrolífera se mantém e a região continua a receber grandes investimentos voltados para a produção de petróleo na camada do Pré-Sal, cresce o afluxo de trabalhadores de todo o País, o que mantém os índices e crescimento demográfico da maioria desses municípios petrorrentistas – privilegiados em termos do montante das rendas oriundas da produção petrolífera – em patamares bem mais elevados do que as médias estadual e nacional, chegando a ser alarmantes em alguns deles, como mostram os quadros 1 e 2 a seguir, que apresentam

as taxas para as décadas anterior e posterior à elevação das rendas, que ocorreu a partir de 1998, com a Lei do Petróleo.

A análise dos quadros 1 e 2 revela as disparidades entre os índices do período pré e pós-Lei do Petróleo bem como entre os dos municípios petrolerrentistas e dos não petrolerrentistas, e, finalmen-

te, entre os dos petrolerrentistas e os do estado e do País. A distinção entre os petrolerrentistas e os demais é mais nítida no NF. Nas BL, todos os municípios possuem taxas superiores às estadual e nacional, embora as dos petrolerrentistas estejam, via de regra, no topo da lista. O fenômeno se deve ao fato de que o território

da expansão física do Complexo de E&P se concentra, até o momento, nessa faixa litorânea, entre Macaé e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Há uma densa conturbação dos municípios dessa mesorregião, que sofrem efeitos semelhantes no crescimento do adensamento urbano, dado o poder de atração da Região Metropolitana do Rio

de Janeiro (RMRJ), que concentra as sedes das empresas, os negócios e as unidades de beneficiamento do petróleo e do gás. Permanece, portanto, a pressão populacional e da urbanização em meio à queda de arrecadação. São esses os termos que definem a crise?

Quadro 1. Crescimento demográfico, períodos 1991-2000 e 2000-2010. Municípios do Norte Fluminense-NF, ERJ e Brasil.

UNIDADE	1991	2000	91-2000 (%)	2010	00-10(%)
Brasil	146.917.459	169.590.693	15,4	190.732.694	12,46
E RJ	12.787.376	14.367.083	12,35	15.993.583	11,32
Campos dos Goytacazes*	376.306	406.989	8,15%	463.545	13,9
S. João da Barra*	26.203	27.682	5,64	32.767	18,37
Quissamã*	10.467	13.674	30,6	20.244	48,05
S. Francisco do Itabapoana	33.358	41.145	23,34	41.357	0,52
Macaé*	100.895	132.461	31,28	206.748	56,08
São Fidelis	34.581	36.789	6,38	37.553	2,08
Conceição de Macabu	19.963	18.782	- 5,91	21.200	12,87
Carapebus*	6.769	8.666	28,02	13.348	54,03
Cardoso Moreira	12.803	12.595	- 1,62	12.540	- 0,44

Fonte: Censos do IBGE, organização do autor. *Municípios petrolerrentistas.

Destruindo a crise: armadilha?

Sem dúvida, a causa imediata da crise que os municípios petrolerrentistas atravessam reside na quebra das receitas referentes às rendas petrolíferas; esta, por sua vez, é decorrente da baixa, no mercado internacional, do preço do barril de petróleo, desde o final de 2014. Como os municípios estão enfrentando a crise até o momento?

Os municípios têm solicitado recursos ao Governo Federal e aos bancos, para compensar a queda na arrecadação, sob a forma de adiantamento e/ou empréstimo, dando como garantias as receitas futuras com as rendas. Há, ainda, a solicitação de recursos a fundo perdido (PMCG, 2015a). Por outro lado, promovem o enxugamento da máquina pública, começando pela suspensão ou rompimento de contratos com fundações e outras instituições a quem terceirizam serviços e com empreiteiras,

dentre outros expedientes, desempregando trabalhadores nos serviços públicos.

Desenhado o quadro da crise, das suas causas e das soluções que estão sendo buscadas, conforme configurado pelos gestores públicos e pela mídia, algumas questões teimam em não se calar: não haveria explicações fora da ausência/presença das rendas petrolíferas para a crise e sua solução? Não é sintomático que um único fator responda tanto pela causa como pela solução? Não há “vida inteligente” para esses municípios fora da ciranda do petróleo e suas rendas? A economia do petróleo permite um grau de previsibilidade que traga segurança e sustentabilidade à região, extremamente dependente da sua produção, dos seus preços e das suas rendas? Por quanto tempo essa produção e essas rendas se sustentam?

As respostas a essas perguntas remetem à natureza e à breve his-

Quadro 2. Crescimento demográfico, períodos pré e pós-Lei do Petróleo, de 1997. Municípios das Baixadas Litorâneas-BL, ERJ e Brasil.

Município	1991	2000	2010	91-2000 (%)	2000-10 (%)
Brasil	146.917.459	169.590.693	190.732.694	15,4	12,46
ERJ	12.787.376	14.367.083	15.993.583	12,35	11,32
Araruama	59.024	82.803	112.008	28,7	26,1%
Armação de Búzios*	—	18.204	27.560	—	51,4%
Arraial do Cabo*	19.866	23.887	27.715	16,7	16%
Cabo Frio*	84.915	126.828	186.227	49,3	46,8%
Casimiro de Abreu*	33.845	22.152	35.347	- 34,5	59,6%
Iguaba Grande	—	15.089	22.851	—	51,4%
Rio das Ostras*	—	36.419	105.676	—	190,2%
S. Pedro da Aldeia	50.474	63.227	87.875	25,3	39%
Saquarema	37.888	52.461	74.236	38,5%	41,5%

Fonte: Censos do IBGE, organização do autor. *Municípios petrolerrentistas. Obs. Os municípios sem informação em 1991 emanciparam-se após essa data.

tória da indústria fluminense de E&P de petróleo.

Quando o petróleo começou a ser produzido comercialmente na Bacia de Campos, em 1978, o Norte Fluminense (NF) vivia uma crise que se arrastava desde os anos 1970 e que se agravou definitivamente nos anos 1980 e 1990, resumida na derrocada da tradicional agroindústria do açúcar e álcool e no desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores da lavoura de cana e das usinas/destilarias. Duas dimensões ilustram o problema histórico do desenvolvimento regional do NF: de um lado, pobreza, miséria, subemprego, desemprego, baixos salários médios; enfim, elevados níveis de desigualdade social. De outro lado, a ausência de um processo de modernização industrial. Esse foi o *handicap* que o NF levou para o ciclo do petróleo.

Desnecessário assinalar que as dezenas de milhares de empregos gerados pelo petróleo não foram

acessíveis à multidão dos “deserdados da cana”, que vieram a configurar grande parte, à guisa de exemplo, das mais de 30 mil famílias de Campos assistidas pelo Bolsa Família (MDS, 2015). A sempre postergada industrialização regional foi adiada, mais uma vez, dadas as características da indústria extrativa regional do petróleo. Esta, por não implantar, no NF, os segmentos da indústria de equipamentos, a montante, e/ou de beneficiamento industrial, a jusante, limitou seus efeitos multiplicadores e diversificadores sobre as atividades econômicas, particularmente no campo da indústria.

Não obstante, dezenas de empresas fornecedoras de serviços e insumos à produção se instalaram na região, estes últimos nos segmentos de estruturas metálicas, tubos e outros produtos semelhantes, por meio de grandes conglomerados transnacionais. Na cadeia de fornecimen-

to, coube a incorporação de centenas de pequenas e microempresas regionais, particularmente no segmento de obras civis, transporte, hotelaria e alimentação.

Permanece, contudo, a concentração territorial – em Macaé/NF e Rio das Ostras/BL – e setorial das atividades, comandadas por transnacionais que respondem pela articulação das escalas supralocais, o que limita a integração de empresas e segmentos locais e regionais no Complexo de E&P. Cada vez mais, mesmo nos segmentos de comércio e serviços em geral, as grandes redes e grifes nacionais e internacionais tomam os espaços hoje ainda ocupados por empresas regionais locais. É o que ocorre nos segmentos imobiliário e da construção civil – Gafisa, Damha, Tenda, MRV, Cyrella, etc.; do atacado, logística e varejo: Makro, Wallmart, Carrefour, etc.; de Shopping Centers – Grupo Iguatemi; e do varejo – Leader, Americanas, Centauro, Ponto Frio, Casas da Banha, Renner, Riachuelo, McDonald's, etc.

Não há investimentos, públicos ou privados, na diversificação produtiva, para além do petróleo e seus fornecedores imediatos. Com a instalação do Complexo Portuário do Açú-CIPA, que se

apresenta como um porto-indústria, com grande retroárea e DI-Distrito Industrial anexo, espera-se alguma diversificação industrial, ainda que o Complexo tenda a se especializar no apoio à exploração e produção de petróleo e gás, na vertente da concentração setorial e da dependência a uma só atividade, de grande porte, internacionalizada e, por isso mesmo, altamente vulnerável aos fatores externos inerentes ao jogo do instável mercado internacional.

Paralelamente, há seríssimos impactos ambientais negativos, não contornados e em processo de agravamento, bem como impactos sociais e urbanos do mesmo quilate, como os decorrentes do permanente e sempre crescente afluxo de população em busca de emprego e oportunidades de negócios; a remoção de favelas e a expulsão de moradores e produtores de áreas consolidadas e a crescente periferização urbana precária (BARCELOS; COSTA; MILANEZ; ALENTEJANO & MORAES, 2014); e aqueles originados da trágica junção da falta de planejamento e de ação pública de enfrentamento eficiente desses impactos, como a amplamente denunciada malversação dos recursos bilionários das rendas petrolíferas.

Não bastassem esses fatos, à

a total falta de alternativas ante a falácia das alternativas aventadas até o momento – requer uma guinada no olhar que as autoridades e a sociedade local/regional veem predominante, explicitando sobre o problema do desenvolvimento do NF e seus vizinhos imediatos – o Noroeste Fluminense, a região mais pobre do estado, e as BL, crescentemente monopolizadas pela economia do petróleo – tanto no seu diagnóstico, quanto na sua caracterização e nas suas soluções.

Para começar, esse caminho não pode ser um caminho individual e monoescalar. Ou seja, os municípios rentistas e não rentistas deveriam trilhar esse processo em conjunto, e todas as escalas supralocais – estadual e federal, principalmente – devem ser acionadas, uma vez que a ausência de diversificação econômica, de integração territorial, setorial e urbana constitui um problema de âmbito do desenvolvimento

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

É preciso construir um diagnóstico que contemple os amplos interesses dos segmentos sociais regionais e um esforço conjunto, amplo, participativo, de articulação de caminhos de superação da crise e de construção de um futuro sustentável.

O que não quer dizer que se tenha que esperar por movimentações dos governos estadual e federal. Cabe à iniciativa local e regional trazer à luz e colocar nas agendas de maior amplitude o problema do desenvolvimento

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

regional à escala nacional, que se reproduz principalmente nas áreas dos GPIs-Grandes Projetos de Investimento, vinculados ao movimento de integração do País na economia internacional como grande produtor e exportador de commodities minerais, agropecuárias e agroindustriais, bem como de insumos semi-industrializados.

Considerações finais

Quais os impactos imediatos e graves da economia regional do petróleo que permanecem em qualquer dos cenários aqui desenhados?

- Rápido e intenso crescimento demográfico e da concentração urbana; aprofundamento da concentração, da polarização e do monopólio dos recursos territoriais regionais.
- Impactos ambientais negativos.
- Demanda de infraestrutura econômica, social e urbana: moradia, saneamento, urbanização, iluminação pública, transporte e sistema viário, dentre outros.
- Demanda crescente de trabalho e emprego; de fortalecimento e de implantação de atividades econômicas que promovam a inclusão produtiva em condições cidadãs.

Como enfrentar essas questões?

A crise em gestação – uma vez que, dados os argumentos aqui elencados, a verdadeira crise será

sociais regionais e um esforço conjunto, amplo, participativo, de articulação de caminhos de superação da crise e de construção de um futuro sustentável.

O debate dessa questão local não é recente; nasceu com a própria implantação do Complexo de E&P, já que havia de se planejar

um futuro pós-petróleo e pós-rendas; nunca foi esquecido que o petróleo é finito, é uma fonte energética “suja” e que o mundo trabalha para substituí-lo na matriz energética (PIQUET, CRUZ & VILANI, 2013).

A dependência, os impactos, a problemática demográfica/urba-

na, o desafio da diversificação, o mau uso das rendas, tudo isso vem sendo debatido, local, regional e nacionalmente, na mídia e na academia, principalmente (PIQUET, CRUZ & VILANI, op. cit.). É necessária uma forte reação ao desastre anunciado pela crise que apenas se inicia se se quer encon-

trar soluções profundas, de alcance ambiental, social, econômico, urbano e territorial, e de curto, médio e longo prazos, a partir da construção de um pacto intermunicipal.

As administrações municipais sabem disso; na fatura, não houve interesse; quem sabe, na penúria...?

Bibliografia

BARCELOS. (Org.); COSTA; MILANEZ; ALENTEJANO; MORAES. *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/Minas Gerais, 2014. Disponível em: FOLHA DA MANHÃ. Diversos. Campos dos Goytacazes, 2015. INFOROYALTIES. Campos dos Goytacazes: mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM, junho/2015. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 07 jun. 2015. MDS-Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2015.

NOTA

¹Uma síntese dessas questões pode ser encontrada em Piquet, Cruz & Vilani, 2013. A coletânea, comemorativa de 10 anos de publicação ininterrupta, reúne os artigos mais representativos publicados no Boletim Petróleo Royalties & Região. Nessa coletânea, estão presentes as bases da argumentação aqui sustentada.

MORAES, Roberto. Perda de receita com os royalties em 2015: menor nos municípios e maior no estado que a previsão inicial. Blog do Roberto Moraes, 24/05/2015. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/>. O Diário. Diversos. Campos dos Goytacazes, 2015. PMCG-Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Sugestão de Garotinho ao Senado permitirá que municípios mantenham investimentos. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30534. Acesso em: 31 mar. 2015. PMCG-Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Rosinha e Clarissa Garotinho pedem apoio a Renan para Fundo. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30534. Acesso em: 08 abr. 2015. PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V.; VILANI, R. M. (Orgs.). *O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond: FAPERJ, 2013.

A antecipação de receitas dos royalties pela Resolução n. 02/2015 do Senado Federal: solução ou medida protelatória?

The anticipation of royalty budgets by the Resolution No. 02/2015 of the Federal Senate: solution or delaying measure?

Resumo:

Este artigo apresenta uma análise da crise nos orçamentos dos municípios da região Norte Fluminense no primeiro quadrimestre de 2015, com enfoque na recente aprovação da Resolução do Senado Federal nº 02/2015, que possibilita a antecipação de receitas de royalties vindouras, cujo objetivo é equacionar o déficit fiscal provocado pela queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Palavras-chave: Orçamento. Royalties. Déficit fiscal.

Abstract:

This article presents an analysis over the crisis in the municipal budgets of the North Fluminense region of Rio de Janeiro state in the first quarter of 2015, highlighting the recent approval of the Federal Senate Resolution No. 02/2015, which enables the anticipation of future royalty revenues, whose aim is to consider the fiscal deficit caused by the fall of the price of the oil barrel in the international market.

Keywords: Budget. Royalties. Fiscal deficit.

Ronaldo Costa da Silva.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes – Campos (UCAM). Vereador do Município de Quissamã (RJ). Professor do curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos – Quissamã (FAMESC). Procurador do Município de Quissamã (RJ) - licenciado. ronaldo.costa307@gmail.com.

1. A crise nos orçamentos no ano de 2015

A situação atual de crise financeira que atravessam os municípios produtores de petróleo da Região Norte Fluminense tem sua origem na década de 1990, quando, em razão das normas estabelecidas pelas Leis Federais 7990/1989 e 9.478/1997, foram impulsionadas as receitas municipais decorrentes da exploração petrolífera em áreas marítimas.

A partir de então, os municípios situados na Zona de Produção Principal passaram a elaborar seus

orçamentos anuais com base em perspectivas sempre crescentes da arrecadação de royalties e participações especiais, uma vez que o preço do barril do petróleo no mercado internacional e a cotação do dólar vinham sustentando este crescimento.

Por conta disso, os municípios ditos produtores tornaram-se significativamente dependentes das receitas provenientes dos hidrocarbonetos, ampliando serviços e contratações diversas para atender às demandas de suas populações em áreas como saúde, educação e demais serviços sociais, sem, no

entanto, planejar adequadamente os seus gastos com custeio e investimentos, o que terminou por acarretar o inchaço da máquina pública.

O preço do barril do petróleo, que em 2008 alcançou a marca recorde de US\$150,00, em agosto de 2014 cotou-se a US\$115,00 e em dezembro de 2014 caiu para o patamar de US\$45,00. Em 2015, estima-se um preço médio para o barril de óleo *brent* em torno de US\$54,00 e em 2016, de US\$69,00¹. Diante deste cenário de acentuada queda no preço do barril do petróleo, as receitas de participações

governamentais sofreram drásticas reduções no início de 2015, causando inesperado déficit financeiro tanto no orçamento dos municípios da ZPP como no do Estado do Rio de Janeiro.

As estimativas para a entrada de *royalties* e participações especiais em 2015 são desanimadoras e já impactam o desempenho orçamentário dos municípios da Região Norte Fluminense. Para se ter uma noção, de janeiro a maio de 2015, as maiores perdas de *royalties* em relação ao mesmo período do ano de 2014 foram registradas nos seguintes municípios: 57% em Casimiro de Abreu; 55,9% em Cabo Frio; 53,5% em Rio das Ostras; 48,2% em Armação de Búzios; 46,5% em Campos dos Goytacazes;

41,2% em Arraial do Cabo; 40,8% em Carapebus; 38,7% em Quissamã; 31,5% em São João da Barra; e 26,9% em Macaé².

O problema se agrava na medida em que diversas obrigações que geralmente ultrapassam o período anual já haviam sido contraídas pelos gestores públicos destes municípios, ocasionando um sério desfalque orçamentário. As prospecções para a elaboração dos orçamentos públicos de 2015, votados e apreciados no ano de 2014, levaram em consideração valores de compensações petrolíferas a receber que absolutamente não estão se materializando, proporcionando, assim, um desequilíbrio fiscal.

E não é só isso. Com a retração da atividade econômica no País,

a arrecadação tributária gerada pelos impostos diretos e indiretos também diminuiu, com impactos negativos sobre receitas provenientes de Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e até nos repasses de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) realizados pela União.

Contudo, em abril de 2015, os prefeitos da região capitaneados pela Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPE-TRO) se dirigiram à Capital Federal na busca de soluções imediatas para o problema³, dentre elas a possibilidade de antecipação de receitas futuras de *royalties* e participações especiais assim como a flexibilização no cumprimento

das obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Surge, então, o projeto de Resolução do Senado Federal nº 15/2015⁴ de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Rose de Freitas que modifica o texto da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, permitindo, excepcionalmente, a antecipação de receitas futuras de *royalties* e participações especiais para compensar o déficit no orçamento dos municípios, principalmente da Região Norte Fluminense, nos anos de 2015 e 2016. Aprovado em turno único pelos Senadores, o projeto de Resolução nº 15/2015 convola-se em Resolução do Senado Federal nº 02/2015 e passa a vigorar a partir da data de sua publicação em 29/05/2015⁵.

2. A Resolução do Senado Federal nº 02/2015

Com a edição da Resolução do Senado Federal nº 02/2015, abriu-se uma nova perspectiva para os gestores locais diante da

possibilidade de compensar as perdas sofridas pela queda elevada do preço do barril de petróleo no mercado internacional. No entanto, o assunto é complexo e envolve o comprometimento de receitas futuras com gastos

públicos presentes, o que demanda uma análise sobre os efeitos desta medida no médio e longo prazo nas finanças destas cidades.

O objetivo da Resolução do Senado nº 02/2015 é possibilitar aos municípios prejudicados

a contratação de operações financeiras no limite das perdas apuradas entre a média recebida nos anos de 2013 e 2014, nos termos estabelecidos pelo parágrafo 4º acrescido ao artigo 5º da Resolução do Senado nº 43/2001:

§ 4º Excepcionalmente, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sofreram redução nas receitas de que trata o inciso VI, inclusive de participações especiais, poderão contratar operações financeiras no limite das perdas apuradas entre a média recebida nos exercícios de 2013 e 2014 e a projeção para os anos de 2015 e 2016, dando em garantia os royalties a serem recebidos, contanto que o pa-

gamento por tal contratação não comprometa mais de 10% (dez por cento) do valor que vier a ser recebido em consequência da exploração dos mesmos recursos, por ano, sem a observância do disposto na alínea “b” do referido inciso e no § 2º, bem como dos limites de que trata o art. 7º, ressaltando que a aplicação da totalidade do recurso observará a legislação aplicável a cada fonte de receitas.

O referido dispositivo legal ainda estabelece como garantia pelo pagamento da antecipação os próprios royalties futuros, com limite de comprometimento da ordem de 10%. Todavia, ao excluir a observância da alínea “b” do inciso VI do artigo 5º e seu parágrafo 2º, bem como os limites do artigo 7º, todos da Resolução do Senado nº 43/2001, dispensa a obrigatoriedade de quitação das operações financeiras dentro do período dos mandatos atuais dos prefeitos que vai até o final de 2016. Na prática, as administrações municipais poderão antecipar valores dentro dos limites estabelecidos na Resolução do Senado nº 02/2015 para cobrir as despesas previstas para os anos de 2015 e 2016, transferindo parte do pagamento destas obrigações para exercícios financeiros futuros.

“A medida, portanto, é de extremo risco, pois não há qualquer garantia de que os critérios atuais de distribuição das compensações petrolíferas perdurem nos próximos anos.”

As justificativas apresentadas pelos senadores autores da proposição tiveram respaldo em dois argumentos principais; o primeiro argumento ressaltando a necessidade de se antecipar as receitas dos royalties até o momento em que os municípios afetados consigam se adequar à nova realidade orçamentária, e o segundo acerca da indispensabilidade da manutenção de projetos e gastos públicos na área de educação e saúde.

Em um cenário em que os muni-

cípios da Região Norte Fluminense padecem pela alta dependência às rendas petrolíferas, a antecipação destas receitas incertas e de fluxo instável pode reforçar ainda mais este quadro de dependência, tornando-o irreversível nos próximos anos. Vale lembrar que os critérios atuais de distribuição de royalties e participações especiais vigoram única e exclusivamente por força de uma liminar concedida pela Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4917, proposta pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro⁶.

A medida, portanto, é de extremo risco, pois não há qualquer garantia de que os critérios atuais de distribuição das compensações

petrolíferas perdurem nos próximos anos. No caso de uma decisão definitiva do STF contrária aos interesses dos municípios produtores e do Estado do Rio de Janeiro, a crise originada pela eventual perda de receita seria severamente agravada pela antecipação destes recursos, causando sérios problemas financeiros às administrações destas cidades no futuro.

A Resolução do Senado nº 02/2015 também atenta contra o princípio da justiça intergeracional (SERRA, 2006) no uso e aplicação das compensações petrolíferas, pois retira das gerações que virão a possibilidade de uso adequado destes recursos que estariam sendo antecipados para pagamento de obrigações no momento presente.

3. Conclusão

A contratação de operações financeiras com base nesta Resolução do Senado Federal requer cautela. Diante do quadro de queda acentuada de *royalties* e participações especiais, antes de se recorrer à antecipação de receitas, há que se tentar enfrentar a crise com medidas de austeridade e choque de gestão, como o corte de despesas desnecessárias, reformas administrativas,

redução do quadro de pessoal, redução de contratos, foco na manutenção dos serviços básicos de competência municipal, a exemplo de saúde e educação, além de possíveis medidas para incremento da arrecadação tributária própria.

Caso realmente seja necessário recorrer ao auxílio proposto na polêmica Resolução do Senado, seria de grande importância o debate amplo do assunto com todos os setores da sociedade local.

“ Diante do quadro de queda acentuada de royalties e participações especiais, antes de se recorrer à antecipação de receitas, há que se tentar enfrentar a crise com medidas de austeridade e choque de gestão.”

A antecipação das participações governamentais deve ser previamente submetida às Câmaras Municipais e fiscalizada pelos órgãos de controle, como o Tribu-

nal de Contas do Estado (TCE). A transparência na aplicação dos *royalties* antecipados revela-se imprescindível para que todos saibam com exatidão onde serão alocados estes recursos. É preciso que as secretarias de fazenda dos municípios produtores elaborem estudos técnicos e financeiros que garantam a solvabilidade destas operações financeiras nos exercícios fiscais posteriores, de forma a não comprometer os serviços públicos básicos.

4-Referências bibliográficas

BRASIL. Senado Federal. Resolução do Senado Federal nº02. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=249370&norma=268881>>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. Senado Federal. Projeto de Resolução do Senado Federal nº15. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=163026&tp=1>>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4917. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=233758>>. Acesso em: 25 maio 2015.

SÃO JOÃO DA BARRA (Município). Superintendência de Petróleo e Gás. Participações Governamentais – Royalties – Jan/Mai 2014 a Jan/Mai 2015. São João da Barra, RJ, 2015. SERRA, R.; TERRA, D. T.; PONTES, C. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 59-83, dez 2006.

NOTA

¹ Estimativa apresentada pelo Citibank no início de fevereiro de 2015. <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKB-NOLD21320150209>>. Acessado em maio de 2015.

² Superintendência de Petróleo e Gás (Prefeitura Municipal de São João da Barra).

³ <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/04/para-conter-crise-prefeitos-da-regiao-estarao-em-brasilia-nesta-terca.html>. Acessado em maio de 2015.

⁴ <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=163026&tp=1>. Acessado em maio de 2015.

⁵ <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=249370&norma=268881>. Acessado em maio de 2015.

⁶ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=233758>. Acessado em maio de 2015.

“Conteúdo Local” na indústria petrolífera: um debate atual

“Local Content” in the oil industry: a current debate

Resumo:

O setor de petróleo e gás no Brasil é considerado, hoje, pela elevada demanda que exerce por bens e serviços, como uma das fronteiras de expansão e diversificação do parque industrial nacional. Os desafios tecnológicos que caracterizam o setor ensejam a busca constante por inovação, motivando a atração de empresas estrangeiras detentoras de tecnologias complexas. Contudo, é sabido que o setor petrolífero só se constitui em mola propulsora do desenvolvimento pelo efeito multiplicador que exerce sobre outros setores industriais e de serviços. Assim, tanto o Governo como entidades representativas dos interesses do empresariado nacional defenderam e implementaram uma Política de Conteúdo Local, presentes desde a 1ª Rodada de Licitações para exploração, em 1999, como parte dos critérios de escolha nos processos licitatórios. Entretanto, atualmente, esta Política tem suscitado posições divergentes. Certos técnicos e entidades se posicionam a favor da crescente participação das empresas locais, enquanto outros argumentam que a falta de qualificação técnica poderá afetar seriamente a competitividade brasileira no fornecimento à indústria petrolífera.

Palavras-chave: Conteúdo Local; setor petrolífero; centros de pesquisa; competitividade.

Abstract:

Nowadays, the oil and gas sector in Brazil is considered as one of the causes of expansion and diversification of the national industrial complex because of its high demand for goods and services. The technological challenges that characterize this sector lead to a constant search for innovation, motivating the attraction of foreign companies that hold complex technologies. However, it is known that the oil sector just lead to development because of its multiplier effect on other industrial and service sectors. Thus, both government and representative entities of the national business sector defended and implemented a Local Content Policy, present since the first Round of Bidding for exploration, in 1999, as part of the selection criteria in the bidding processes. Nevertheless, today, this Policy has caused opposing positions. Some technicians and entities take a clear position in favor of the increasing participation of the local companies, while others argue that the lack of technical qualification may severely affect Brazilian competitiveness on the supply to the oil industry.

Keywords: Local Content; oil sector; research centers; competitiveness.

Rosélia Piquet.

Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. UCAM/Campos/RJ

Lia Hasenclever.

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. UCAM/Campos/RJ

Eduardo Shimoda.

Doutor em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professor do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. UCAM/Campos/RJ

Nos países que buscam escapar da condição de simples provedores de recursos primários para os países centrais, além do domínio das etapas de exploração e produção, o refino, a indústria petroquímica e o estímulo aos fornecedores de bens e serviços significam uma estratégia de crescimento vista como capaz de conduzi-los à agregação de valor e à diversificação na cadeia produtiva e, desse modo, conduzi-los ao desenvolvimento. É, contudo, no segmento de fornecedores de bens e serviços que se concentram os maiores efeitos multiplicadores de renda e de emprego, uma vez que compreende diversificada produção de componentes, indo desde equipamentos e peças de alta tecnologia até as de confecções simples. Neste segmento, a escala e a especificidade dos materiais e serviços necessários são tantas que raros países podem oferecer competitivamente sua totalidade.

O momento atual – diante das características geológicas e locais das reservas do pré-sal brasileiro – apresenta um cenário de desafios e de oportunidades

inéditos ao parque industrial brasileiro, pois, mesmo as empresas transnacionais, que dominam segmentos importantes do processo de produção *offshore*, vêm investindo em novas pesquisas e desenvolvendo tecnologias capazes de atender aos desafios de extrair petróleo e gás em águas ultraprofundas (BELLUZZO et al., 2014).

Entretanto, existe desigualdade de condições de concorrência entre as empresas nacionais e as multinacionais que atuam no setor. Assim, tanto o Governo Federal por meio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como entidades representativas dos interesses do empresariado nacional vêm, desde 1999, definindo uma Política de Conteúdo Local com o objetivo de regular as oportunidades entre as empresas locais e as estrangeiras.

“Conteúdo Local” representa a proporção entre a quantidade de itens fornecidos no próprio país no total de itens utilizados na produção, no refino e na distribuição de P&G, como parte dos critérios de escolha nos processos licitatórios referentes à concessão da exploração de P&G. Assim, enquanto a política de governo é a de fomentar a indústria local, por meio da capacitação da cadeia de fornecedores, as petroleiras argumentam que a produção local apresenta preços superiores aos internacionais e produtos de qualidade inferior.

Este debate coloca o País em uma encruzilhada: ou desenvolve uma indústria relevante baseada em pesquisa tecnológica ou permanece explorando os recursos, mas não incrementa seu parque produtivo, uma vez que não basta a exigência de que os bens e serviços sejam produzidos no País, sendo preciso também dominar a tecnologia de suas produções. Caso contrário, o País continuará à mercê dos interesses e dinâmicas dos oligopólios internacionais que dominam o setor e será incapaz de afastar a denominada “maldição dos recursos naturais”.

“Conteúdo Local” representa a proporção entre a quantidade de itens fornecidos no próprio país no total de itens utilizados na produção, no refino e na distribuição de P&G, como parte dos critérios de escolha nos processos licitatórios referentes à concessão da exploração de P&G.

As raízes da Política de Conteúdo Local remontam aos anos 1990. Nesses anos, o acelerado crescimento do investimento direto estrangeiro¹ alimentou expectativas otimistas de que as empresas estrangeiras seriam as protagonistas de um novo estilo de desenvolvimento, a partir de uma base produtiva de maior conteúdo tecnológico, atuando como agentes modernizadores da estrutura empresarial brasileira.

Dentre as principais representações empresariais do País, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada (Sinicon) consideram que a abertura econômica e as demais reformas orientadas para o mercado seriam mudanças fundamentais para adequar o País aos novos tempos de globalização e interdependência econômica. A entrada de capitais estrangeiros seria um componente necessário ao novo modelo, em que a presença da empresa estrangeira representaria um fortalecimento da economia nacional. Segundo essa linha de argumentação, a origem do capital perde relevância em face da contribuição que a empresa estrangeira poderia dar. Esta argumentação bem pragmática é o eco da definição de empresa nacional adotada na Constituição de 1988 como “aquela que está no País, investindo, produzindo e criando oportunidade de emprego”.

Nesse contexto, cabe destaque a criação da Organização Nacional da Indústria do Petróleo-ONIP em 1999; uma organização não governamental, de caráter mobilizador, que reúne os interesses dos empresários nacionais e es-

trangeiros ligados à cadeia produtiva do petróleo em operação no País. No caso da ONIP, foram adotadas estratégias de mobilização visando à cooperação entre seus membros, com intuito de ampliar a participação nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor de P&G e, assim, enfatizar a geração de emprego e renda no País, inclusive das filiais de empresas estrangeiras. Sua diretriz foi no sentido de priorizar uma linha de atuação impondo requisitos às empresas estrangeiras quanto à utilização de componentes locais, protegendo a cadeia produtiva já instalada no País. Desde então, a ONIP vem promovendo o parque brasileiro fabricante de materiais, de equipamentos, e prestador de serviços para P&G nos subsetores de prospecção sísmica, de perfuração de poços, de fabricação e montagem de plataformas *offshore*, de construção de bases portuárias de apoio logístico à produção no mar e de expansão das redes de dutovias para óleo, gás e derivados. A ONIP teria, assim, a “missão de ampliar a participação nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor petrolífero, estimular novos investimentos e desenvolver tecnologia, enfatizando a geração de emprego e renda no País” (DINIZ E BOCH, 2004).

Por sua vez, a ANP, na qualidade de órgão regulador do setor, após a quebra do monopólio estatal, em 1997, passou a exigir que as concessionárias de áreas para exploração e produção dessem igualdade de tratamento aos fornecedores locais em todos os seus projetos no Brasil, uma vez que a cadeia produtiva do P&G engloba vasta gama de segmentos industriais e de serviços especializados. Muitos são exclusivos da indústria de petróleo, mas a maioria é multissetorial, pois podem atender a diversas outras áreas industriais, sendo poucas as empresas que têm como clientes exclusivamente as companhias petrolíferas².

Etapas de investimentos em capacitação tecnológica do setor de P&G

Desde sua criação, em 1953, a Petrobras foi levada ao desenvolvimento de tecnologias a fim de suprir uma defasagem evidente, já que todos os projetos iniciais de refinarias e instalações eram obtidos por meio de tecnologia externa. Em 1966, a empresa implantou um importante centro de pesquisa no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa Leopoldo Américo Miguez de Mello – Cenpes - que desempenhou e desempenha um importante papel na pesquisa sobre exploração e produção de P&G, principalmente em águas profundas.

Com o fim do monopólio do petróleo, outras empresas petroleiras e fornecedoras de bens e serviços vieram para o Brasil atraídas pelas novas descobertas de jazidas petrolíferas do pré-sal, e novas perspectivas de investimentos se abriram para a economia brasileira. Neste contexto, as empresas petroleiras argumentam que muitas vezes não é possível atingir o volume exigido pelas regras do conteúdo nacional fixadas pela ANP pela falta de uma linha de produção efetiva e já operando com encomendas de grande porte e contínuas.

A crise no setor e seus reflexos na política de conteúdo local

Outro aspecto a ser considerado no atual debate sobre a Política de Conteúdo Local é que ela se dá em um momento delicado do mercado mundial tendo em vista que a desaceleração da economia global reduziu a demanda pelo petróleo, e os preços se deterioraram rapidamente em 2014, caindo de aproximadamente US\$ 100 para US\$ 50 o barril. Contudo, no caso brasileiro, as dificuldades com a Política de Conteúdo Local já eram conhecidas, pois a ANP, entre 2011 e 2013, aplicou multas no valor de R\$ 36 milhões às petroleiras – estrangeiras em sua maioria – pelo não cumprimento das regras de contratação de fornecedores locais. Com a crise que

A descoberta de jazidas na camada de pré-sal, entretanto, ao abrir novas e amplas possibilidades de colocar o País em um patamar de produção significativamente superior ao até então existente, levou a um maior interesse das grandes empresas transnacionais de implantar centros de pesquisa em território nacional. Esta é uma nova fase em que as especificidades da exploração do pré-sal e a sua significância em termos mundiais estimulam o investimento estrangeiro em P&D (BELLUZZO et al., 2014).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio recebeu 15 dos 18 novos centros de pesquisa de empresas multinacionais que aportaram no Brasil nos últimos 10 anos. A maior parte desses centros de pesquisa (doze) encontra-se localizada na Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão, que já contava com o Cenpes, da Petrobrás, e com o Programa de Planejamento Energético da Coppe.

As empresas que escolheram o Rio para instalarem seus centros de pesquisa, segundo informações obtidas na Coordenação de Articulações Corporativas do Parque Tecnológico da UFRJ, foram:

- Schlumberger: multinacional de petróleo e gás em prospecção

- geofísica; tornou-se a primeira grande empresa estrangeira a implantar, em 2010, o pioneiro centro internacional para tecnologias do pré-sal;

- Baker Hughes: empresa americana fornecedora de equipamentos, serviços e softwares para petróleo e gás teve seu Centro inaugurado em 2011;

- FMC Technologies: líder mundial em soluções de exploração e produção submarina para a indústria de óleo e gás, com Centro inaugurado em 2012;

- Halliburton: empresa norte-americana prestadora de serviços para exploração e produção de petróleo. Centro inaugurado em junho de 2013;

- Vallourec: com foco nas pesquisas sobre o pré-sal, além da criação de projetos voltados para o desenvolvimento do uso de produtos tubulares com fins estruturais, automobilísticos, de transporte e robótica, teve início de operação em junho de 2013;

- Tenaris Confab: fabricante de tubos de aço voltados para o setor de P&E, mineração, construção civil e automobilística, inaugura Centro em 2014;

- BG E&P Brasil: atua na exploração e produção do setor na Bacia de Santos. Inaugurado em 2014;

- EMC Computer Systems Brasil: oferece equipamentos para arma-

zenamento e análise de grande quantidade de dados. Inauguração em 2014;

- Siemens: pesquisas nas áreas de tecnologia offshore e submarina, tecnologias sustentáveis e desenvolvimento de softwares. Centro inaugurado em 2014;

- GE: A empresa inaugurou, em 2014, seu quinto Centro de Pesquisa Global;

- Geo Radar: realiza treinamento de pessoal e pesquisa em áreas como: sísmicas *onshore* e *offshore* e processamento sísmico. Teve o início de suas atividades em fins de 2014.

- Petrobras Distribuidora: também em 2014, inaugurou seu laboratório central de pavimentação BR³

Embora a implantação desses centros de pesquisa seja um sinal inequívoco de que o mercado brasileiro do setor é promissor, seus resultados e efeitos sobre a qualificação e a capacitação tecnológica dos fornecedores locais exigirão um tempo de maturação inadequado em relação à velocidade que os investimentos necessários para a exploração e produção de P&G exigem. Este aspecto traz, por sua vez, a possibilidade de reunir interesses favoráveis à política de conteúdo local, ainda que a longo prazo.

a Petrobras vem atravessando e que envolve importantes empresas brasileiras fornecedoras ao setor, essas dificuldades deverão ser ampliadas, o que irá reacender o debate sobre esta questão.

O presidente da ONIP considera **Com as denúncias de corrupção, a Petrobras deverá reduzir os investimentos em 30% em 2015, o que adiou a meta de autossuficiência na produção de diesel e gasolina, até então prevista para 2020.**

que fixar percentuais de conteúdo local não resolve. É hora de se ter uma política para desenvolver o fornecedor nacional, gerar emprego e riqueza no País, uma vez que os índices de conteúdo local não são atingidos porque a indústria nacional não tem sido capaz

de suprir os volumes exigidos.

Os leilões realizados pelas Rodadas de Licitação não só impulsionam o desenvolvimento da cadeia de fornecedores como também ampliam a arrecadação, devido ao pagamento de bônus, além de trazerem benefícios aos cofres dos estados e municípios com o pagamento de *royalties*. Assim, a transferência da 13ª Rodada de Licitação, que deveria ocorrer ainda no primeiro semestre de 2015, para o fim do ano poderá provocar um retrocesso em boa parte da cadeia de fornecedores. Segundo a ANP, essa rodada se reveste de importância singular uma vez que está prevista a oferta de blocos em terra e no mar, incluindo os chamados campos marginais em terra voltados para pequenas e médias empresas.

Além disso, seriam oferecidas áreas em diferentes pontos do território nacional, como a Bacia de Pelotas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, além de bacias no litoral do Nordeste.

Com as denúncias de corrupção, a Petrobras deverá reduzir os investimentos em 30% em 2015, o que adiou a meta de autossuficiência na produção de diesel e gasolina, até então prevista para 2020. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) avalia que, já neste ano, a redução de investimentos em refinarias acarretará um aumento de 27,5% nas importações de diesel. Segundo Alexandre Szklo, do departamento de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, mais graves que o cancelamento das refinarias Premium I (no Ceará) e

Premium II (no Maranhão) são a suspensão da segunda unidade de Abreu e Lima, já com 91% das obras concluídas, e as incertezas em relação ao Comperj, no Estado do Rio. Segundo esse especialista, com essas interrupções, o Brasil aumenta suas importações não só de gasolina e diesel, mas de nafta petroquímica e querosene de aviação. E, com isso, corre o risco de se tornar como o México ou o Irã, permanecendo como grande exportador de um bem primário – o petróleo – e importador de de-

rivados, de mais alto valor adicionado⁴, assim como importador de bens e serviços utilizados na produção de P&G. Desse modo, voltaríamos à situação do passado quando o País passou 33 anos sem novas refinarias.

A atual crise do setor, contudo, não pode implicar no abandono de uma mensagem que unificou os mais diversos grupos sociais no País há mais de 50 anos atrás: a campanha “O Petróleo é nosso”, quando então políticos dos mais diversos partidos, militares, as-

sim como civis de vários segmentos da sociedade se engajaram em manifestações que incentivaram o presidente Getúlio Vargas a criar uma companhia estatal encarregada da exploração do petróleo brasileiro, a Petrobras. Há que se ter presente que os negócios do petróleo são de longo prazo!

Em síntese, a manutenção de políticas, que até o presente propiciaram a implantação de centros de pesquisa autônomos no País assim como estabeleceram medidas de incentivo à

indústria fornecedora de bens e serviços ao setor, tem que ser preservada, pois são essas etapas da cadeia produtiva as que garantem os maiores efeitos multiplicadores econômicos. Regredir e permanecer como mero fornecedor de produto de baixo valor adicionado exportando óleo bruto e tendo a dinâmica do setor determinada externamente poderá significar um futuro para o País sob o desígnio da “maldição dos recursos naturais”.

Referências Bibliográficas

- BELLUZO, L. G. M., FRISCHTAK, C., LAPLANE, M. (Orgs.) *Produção de commodities e desenvolvimento econômico*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- CAVALIERI, H.; TORRES, R.; HASENCLEVER, L. Mudança estrutural e especialização produtiva: potenciais e desafios para o estado do Rio de Janeiro. *Revista Economia e Tecnologia*, vol.9, n.1, pp. 35-48, jan-mar 2013.
- DE NEGRI, J. A. et al. (Coord.). *Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores*. Brasília: IPEA/Petrobras, 2010.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PEREIRA, L. V. As exportações fluminenses: a maldição dos recursos naturais? In: PINHEIRO, A. C.; VELOSO, F. (Orgs.). *Rio de Janeiro: um estado em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- RAPPEL, E. A exploração econômica do pré-sal e os impactos sobre a indústria brasileira de petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

NOTA

¹A participação das empresas estrangeiras no grupo das maiores empresas brasileiras foi crescente ao longo dos anos. Enquanto em 1989 as estrangeiras eram apenas 30% das 500 maiores empresas no Brasil, em 2000 atingiam 46%. (SARTI E LAPLANE, 2003).

²O parque brasileiro fabricante de materiais e equipamentos e prestador de serviços para a área de petróleo e gás é, hoje, constituído por cerca de 70 mil empresas, das quais 30 mil são fornecedoras frequentes, distribuído por vários estados do Brasil, embora aproximadamente 70% esteja localizado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (RAPPEL, 2011).

³Informação obtida junto ao Parque Tecnológico da UFRJ em visita técnica realizada em 04/05/2015.

The challenges of the competitive development of the Brazilian Oil and Gas sector in the context of pre-salt - Part II

Edson Terra Azevedo Filho

PhD in Political Sociology – UENF;
Universidade Candido Mendes – UCAM
edsonterrafilho@gmail.com
(22) 992366977

Manuel Antonio Molina Palma

PhD in Administration – USP
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
mmolina@uenf.br

Margarida Perestrelo

PhD in Sociology – Dinâmia’CET - ISCTE / IUL; Dinâmia’CET - ISCTE / IUL - Portugal
margarida.perestrelo@iscte.pt

Rodrigo Anido Lira

PhD in Political Sociology – UENF
Universidade Candido Mendes – UCAM
rodrigoanidolira@gmail.com

Abstract:

In the first part of this series of three articles published in the 44th edition of this Bulletin, in June 2014, it was presented the dilemma represented, on the one hand, by the opportunities offered by the Brazilian Oil and Gas (O&G) sector, headed by the discovery of large reserves of the pre-salt, and, on the other hand, by huge competitive gaps of the Brazilian supply companies in this sector, which may

limit the generation of wealth for Brazil. In this article, from the use of strategic prospective analysis tools, it will be presented the main influence factors of the context of the competitive development of the Brazilian O&G sector.

Key-words: Oil and Gas. Brazil. Competitive development.

Introduction

The context approached involves the capacity of the Brazilian supply companies of O&G sector seize the opportunities offered by the discoveries of large reserves of oil and gas in the pre-salt layer in Brazil. There is an important perspective to the generation of wealth, but it must be considered technical challenges in the exploration of hydrocarbons in ultra-deep waters aggregated to the competitive bottlenecks of the national supply companies. This way, the possibility of the domestic supply companies does not meet the demands of the pre-salt appears as a major threat.

The Brazilian government, taking into account the relevance of the O&G sector to the Brazilian economy and the range of interests, has been implementing actions aiming a better improvement of the national industry for the challenges ahead. It must be highlighted that due to the complexity involved in the presented context, in addition to government actions, there is also the need to involve a variety of actors, from many different fields and sectors, whether public or private.

So, it becomes pressing the engagement of a range of actors interested in the competitive development of the O&G national

industry, seeking to work jointly in a collective action process. Among these actors may be cited, universities, national and transnational supply companies, operators, regulatory agencies, research centers, representatives of various governmental levels, supporting entities for the competitive and technological development, among others.

In terms of the backdrop of uncertainty about the future of the O&G national industry, it is important to identify the main factors that influence the competitive development of the national companies in this sector, and how these factors relate to the evolution of the dynamics¹ of the presented context. In addition to the influence of factors, it is essential to identify the actors involved in the improvement of this sector, in order to understand more deeply the actions that are being implemented and the interactions between actors for the sake of the competitiveness of the O&G Brazilian supply park.

Because of its representative to the Brazilian O&G sector, responsible for about 74.4% of national production in 2012 (ANP, 2012), the O&G Cluster of the Campos Basin was selected as the research unit. Despite the referred O&G Cluster spreads across several cities in the state of Rio de Janeiro, close to the operational areas of the Campos Basin, Macaé, located

in the North Fluminense region, is the city where there is a greater concentration of companies and actors. So, the research was restricted to this location.

In order to enable the purpose of this study, it was adopted as methodology the strategic prospective analysis due to its suitability concerning the context of uncertainty of the future of O&G Brazilian sector. The prospective tools also allowed contemplating the influence of factors and actors involved in the process of collective action. The strategic prospective has tools that allow certain crucial flexibility for decision making about the future, even in business environments increasingly globalized and turbulent.

Among the methods of strategic prospective, one that deserves more attention is the Scenario method (*La prospective*) proposed by Godet (1993). This method considers a scenario as a form of representation of the future in order to illuminate the present action, taking into account the possible and desirable future.

The Scenario method proposed by Godet organizes the prospective exercise, in order to define strategies and clarify the means of implementation. The implementation of the cited method is conducted in two stages: the construction of the base and the scenario building, with their compositions, as shown in Figure 1.

As the purpose of this work does not consider the proper scenario development, it will only be carried out the construction of the basis to meet the aimed objectives. Thus, the first phase of the method is performed based on the delimitation of the system that allows an oriented diagnostic for identifying and characterizing the factors that influence the context analysis. After an extensive literature review it was conducted a survey with O&G sector experts which were identified fifty-eight (58) factors that influence directly the competitiveness of the Brazilian supply companies located in the O&G Cluster of the Campos Basin.

Despite the identification of 58 influence factors, the Scenario method provides a tool that enables a better determination of which may be the main factors that influence the approached context. From the application of Structural analysis², it is possible to identify factors that can be considered as the most influential and thus, direct the investment of more efforts to understand its causes and effects. Through the application of Structural analysis, six (6) macro factors that, according to this research, can be considered as the main influencers of the context of the competitiveness of the Brazilian supply companies of the Campos Basin were identified. These factors are presented below:

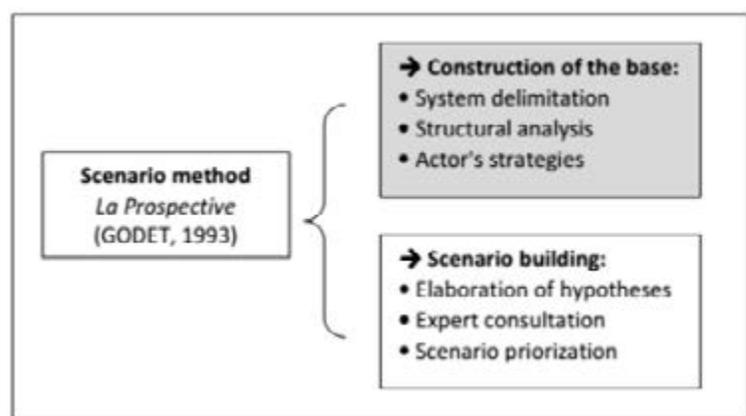


Figure 1: Stages of the Scenario method. Source: Adapted from Godet (1993).

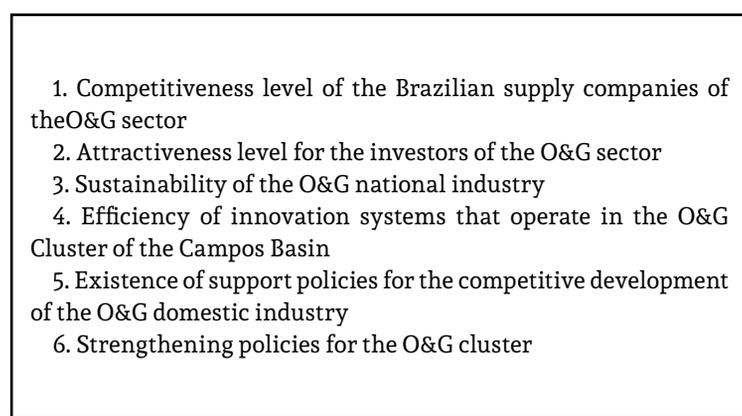


Figure 2: The most competitiveness influential factors of the O&G Brazilian sector. Source: Elaborated by the authors.

1. Competitiveness level of the Brazilian supply companies of the O&G sector

Although Brazil presents a bulky industrial plant in the O&G sector, it offers mostly solutions and products with low technological complexity. Besides, it presents overprice of 10-40% compared with the main foreign suppliers (RAMOS; PIGORINI, 2009).

It can also be cited among the factors that contribute to the competitiveness gaps the following: low-skilled human resources and high capital and tax costs. There are also presented, as possible solutions for this problem, the offering of specific courses and the

formation of partnerships with educational institutions, the offering of more affordable credit lines and support for the tax planning of the companies.

2. Attractiveness level for the investors of the O&G sector

Among the actions implemented by the Brazilian government, there is the requirement of minimum levels of Local Content (LC) of the prod-

ucts and services used by operators for the exploration of oil and gas. It must be highlighted that the LC policy acts as an industrial policy instrument that aims the strengthening of the competitiveness and sustainability of the productive chain of the domestic supply companies.

In this sense, despite the importance of the operators for the successful implementation of LC rules, the process causes a lot of controversy because if the requirements are not met, these companies will suffer penalties, which will affect their competitiveness.

Sector experts fear that, if the LC requirements do not be relaxed, despite these rules are important for national development, they may scare off potential investors of the O&G sector, among these organizations as operators and national and transnational suppliers.

3. Sustainability of the O&G national industry

One of the most important objectives of the actions implemented by the Bra-

zilian government regards the sustainability of the domestic industry, after all, how to take advantage of the opportunities offered by O&G sector and escape from the natural resource curse? What to do when the oil runs out? This

is an important question.

An important positive effect expected with the actions taken by the Brazilian government is the opportunity of national companies to achieve competitive levels of development that allow

them, for example, to become global players and to search opportunities in the O&G sector around the world, perpetuating their sustainability.

4. Efficiency of innovation systems that operate in the O&G Cluster of the Campos Basin

The North Fluminense region has an immature innovation system, taking

into consideration the aspects related to innovation and competitive development. This way, it is presented a scenario that makes this region less favorable to receive businesses that require a scientific and technological content to drive greater value and compete in more competitive markets (MARTINS, 2010).

The innovation systems are designed as dynamic structures that offer, to the companies, favorable conditions for innovation. Thus, among the approaches proposed for the generation of innovation, it can be highlighted the model of the Triple helix (ETZKOWITZ, 2008), which suggests that the interaction

between the actors university - industry - government may be the key to improve the conditions for innovation in a knowledge-based society. So, checking the level of relationship between these actors is essential.

5. Existence of support policies for the competitive development of the O&G domestic industry

The existence of inducing policies, as the LC policy, is not enough. As mentioned, the development process is complex and involves many actors and resources. In order to support the deve-

lopment of domestic industry, it must be established an industrial policy able to harmonize the adequacy of the LC requirements to the level of competitive development of the national companies

of the O&G sector. It must be considered that, as the competitive gaps are quite considerable, it is essential to have a support for the development of these domestic companies.

6. Strengthening policies for the O&G cluster

An important issue that cannot be neglected is the existence of policies to strengthen the cluster. Among the actions that favor the development of the

cluster, it can be cited the importance of the role of governance in order to provide more favorable conditions for the competitive development of the companies that are part of this cluster.

It was possible to identify six factors that can be considered as the most influential from the application of the

strategic prospective tools as shown in Figure 2. The importance of identifying those factors is the opportunity to devote more attention to the questions that most affect the context and influence the dynamics of the Brazilian O&G sector.

In the Part III of this work, it will be presented the continuity of the imple-

mentation of the Scenario method, in particular the Actor's strategies, in order to identify the main actors involved and also which are the main dynamics that involve the context of competitive development of the Brazilian supply companies located in the O&G Cluster of the Campos Basin.

References

- ANP - Agência Nacional de Petróleo Gás e Biocombustíveis. Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis. 2012.
- AZEVEDO FILHO, E. T.; MOLINA-PALMA, Manuel Antonio; PERESTRELO, M. . As redes de inovação e o desenvolvimento tecnológico do setor de petróleo e gás nacional: uma abordagem prospectiva. In: 37^o Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Encontro Anual da ANPOCS, 37. São Paulo: ANPOCS, 2013.
- ETZKOWITZ, H. The triple helix: university-industry-government innovation in action. Londres: Routledge. 2008.
- GODET, M. Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção. Publicações D. Quixote. Lisboa. 1993.
- MARTINS, N. S. F. Economia. In: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro - Análise Situacional - 2^a parte. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, Prodesmar, Petrobras, 2010.
- RAMOS, A.; PIGORINI, P. Pré-Sal: A Produção de Petróleo como Base para um Novo Ciclo de Desenvolvimento. Perspectiva: Booz & Company. 2009.

Editor-chefe**Rodrigo Machado Vilani**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial**Angela Moulin Simões Penalva Santos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará - UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidade Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical**Maria Marta Garcia de Assis Rangel**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Jornalista Responsável

Kamilla Coutinho

Bolsista de Iniciação Científica

Daniel Souza Caldas

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para

planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo Editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas)
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br